



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

VOTO DE CONDENAÇÃO E PREOCUPAÇÃO N.º 774/XIII/4.^a

SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

A Venezuela vive sob grave impasse político entre o presidente Nicolás Maduro e o líder da oposição, Juan Guaidó, autoproclamado presidente interino. O longo litígio institucional, alimentado pela ingerência externa a favor da oposição, mantém o povo como refém, privado de bens essenciais e ameaçado pela crise económica que se agrava.

As escolhas de Nicolás Maduro têm comprometido importantes avanços alcançados sob a Constituição de 1999. Nos últimos anos, o governo venezuelano deixou grassar a corrupção no país, geriu de forma ineficiente os recursos comuns, impôs reformas institucionais que reduziram a democracia e enveredou pelo recurso sistemático à repressão.

Essa evolução não autoriza nem legitima qualquer processo de ingerência estrangeira, seja através de intervenção militar aberta, seja sob panos de suposta “ajuda humanitária” que visa a desestabilização e o confronto - e por isso não é reconhecida pela ONU ou pela Cruz Vermelha Internacional. Os EUA afirmam preocupação mas aplicam há anos cruéis sanções e detêm, congelados, milhares de milhões de dólares de dinheiros públicos venezuelanos. O apoio a Juan Guaidó mostra que o centro da agenda de Washington não são os anseios do povo venezuelano mas sim a instalação de um governo submisso que abra aos EUA o controlo das enormes riquezas naturais do país.

O povo venezuelano não pode ser condenado a escolher entre o mau e o pior. O Direito Internacional impõe o respeito pela sua soberania e pela sua auto-determinação democrática.

Assim, a Assembleia da República, reunida em Plenário:

1 - Manifesta a sua solidariedade com a comunidade portuguesa na Venezuela e com todo o povo venezuelano;

2 - Insta a comunidade internacional ao respeito pela soberania nacional venezuelana;

3 - Condena todas as ingerências externas e qualquer intervenção militar;

4 - Apela à realização de eleições gerais, livres e justas, cuja preparação e realização seja acompanhada pela ONU.

Assembleia da República, 19 de março de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,